

Um olhar sobre o gesto português na arquitetura brasileira

Jorge de Souza Hue

O ensino tradicional da História, colocava-nos face a uma sucessão de acontecimentos em fitas paralelas, espécie de relato horizontal, onde à medida que se avançava no percurso do currículo, superpunham-se detalhes, novas datas, novos nomes como em uma ampliação a linhas existentes em letra miúda até então invisíveis ou ainda como em uma imagem focada com uma lente *zoom*.

Esse contar paulatino, quase sempre monótono, era o relato conseqüente através de atos de reis, condestáveis, gerais, políticos ou eminentes homens de Igreja, que traduziam todos os aspectos de poder, força e decisão. Do homem comum, soldado, frade ou povo, pouco se sabia, ou nada – poeira perdida no tempo. A filosofia da História é uma conquista do nosso tão próximo século XIX. Jacob Burckhardt talvez seja o primeiro deste novo e abrangente processo de pensamento e investigação, seguido de tantos outros. Mas ousa aqui dizer que Leon Tolstoi inaugura de maneira personalíssima, mais como visionário do que como historiador, o desenvolvimento do comportamento humano. No segundo epílogo de sua ciclópica obra *Guerra e Paz* nos leva a ver que muitas vezes decisões atribuídas à argúcia e coragem de um chefe nada mais foram do que simples resultante de forças subjacentes de uma vontade ou consciência popular. Esta consciência traduz um sentido de força e verdade que estão muito além do simples bom senso ou conveniências pessoais, isto é, a decisão é a expressão da vontade coletiva, agente catalisador da decisão do chefe.

Esse olhar amoroso que contempla o homem comum nos dá um novo

conteúdo de História. É bem verdade que toda a pesquisa anterior se baseava em relatos de documentos oficiais de qualquer natureza. O grande hiato onde imperou o analfabetismo concorreu para isso.

Só agora novos métodos de pesquisa levaram os historiadores e estudiosos das áreas da ciência social e política a considerar o valor da contribuição e feitura do gesto anônimo. Surge assim aos nossos olhos pela primeira vez um sentido de participação que nos conduz à compaixão, àqueles que ao longo do tempo carregavam um pouco de todos nós.

Cor, cheiro, dor, medos, anseios, esperanças, amor, coragem, desprendimentos, mesquinhas, o sentimento atávico da preservação e também a capacidade de perceber o bom e o belo. Enfim todos os nossos ingredientes capazes de dar a chave da continuidade do tempo.

Peço-lhes *a priori* desculpas pelo formato tão pouco acadêmico desta dissertação. Como disse anteriormente, esse pensamento nos leva a um olhar amoroso, uma consideração de entranhada compassividade do que significou o gesto português na arquitetura brasileira.

Com Afonso Henriques, no medievo português, surge o sentimento de nacionalidade com a consolidação territorial de Portugal. Ainda como disse, uma história de reis. Seguem-se 244 anos da dinastia de Borgonha. Mas é com Aljubarrota que aflora de maneira aguda uma amalgamada participação popular. O Mestre de Avis, depois D. João I, é um novo tipo de herói. Tem endosso popular e permanentemente consulta e bebe dessa sabedoria.

A Batalha de Aljubarrota (1385) trava-se com as forças de Castela que faziam uma invasão punitiva de caráter dinástico. O local de combate é a Estremadura. O território é defendido com grande bravura. Os líderes do lado português, entre outros guerreiros de igual mérito, são o Condestável D. Nuno Álvares Pereira e o jovem Mestre de Avis. Portugal derrota as forças de Castela, expulsando os espanhóis. Mas deve-se dizer que o arremate da batalha foi também realizado pelo povo. É notável o relato da época onde afloram jovens, quase crianças, mulheres e até idosos na tarefa de caçar e expulsar, munidos de chuços e garfos de feno, perseguindo o inimigo tocado em desvãos, telhados e até mesmo em lareiras. O aclamado D. João I teve nítida convicção da participação coletiva de um povo na defesa de seu território.

Cabe ainda a um descendente da 1ª geração dessa nova dinastia, o in-

fante D. Henrique, a glória da tomada de Ceuta aos mouros (1415), inaugurando a primeira grande aventura naval portuguesa e com isso o explicitar da vocação náutica de um povo.

As primeiras experiências coloniais nessas novas latitudes fazem também surgir uma nova forma de exploração e comércio: a escravidão. É bem verdade que a esse horrendo tipo de crime ajuda a filáucia de argumentos teológicos que negavam ao negro a alma.

A tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 fecha aos europeus o caminho do Oriente. A Europa sufoca nos seus limites. O impulso para a descoberta de um caminho que levasse às Índias faz parte de um sonho geral. Deve-se também considerar a insalubridade por esse tempo de toda a Europa, sujeita a epidemias, sofrimentos de toda a origem e à míngua.

Portugal já está embebido pelo espírito do Renascimento. Seus desafios sem limite e um novo conceito da valorização do Homem. Estabelece-se uma verdadeira porfia entre Portugal e Espanha, dois países com a mais adiantada experiência naval no desafio da descoberta de um novo caminho marítimo que levasse às Índias e ao encontro das tão cobiçadas riquezas e especiarias. Tudo isso coincide com novos desejos de liberdade e desafios a aventuras estimuladas por lendas e relatos mitológicos só possíveis de se encontrar em outras plagas.

Colombo e Vasco da Gama quase empatam em tempo em seus propósitos.

O descobrimento oficial do Brasil deu-se na sequência dos sucessos do Gama, em meio a um clima de euforia. A maior frota até então organizada composta de 13 naus é enviada pelo já Venturoso rei D. Manuel para uma expedição às Índias sob o comando do Almirante D. Pedro Álvares Cabral. Ventos, erro ou, segundo outros, propósitos astutos desviam-nos para oeste. A notícia logo enviada ao Rei tem como veículo a célebre carta de Caminha que é mais ou menos a descrição do Paraíso.

A enorme faixa de litoral concedida pelo Tratado de Tordesilhas é o grande desafio. Seguem-se muitas expedições. A ocupação é incipiente, penosa e tímida. Dificuldades de toda ordem. Tudo adverso, a selva, o clima e o “bicho”, entendido por esse nome tudo que se mexe de onça a inseto. A isso soma-se uma grande decepção. O ouro que de pronto se entrega ao colonizador espanhol, nega-se aos portugueses. Essa ausência transforma-se em verdadeira obsessão. Resta como consolo a extração do pau-brasil, que se

revelou excelente na produção de uma tintura rubra, tão a gosto da riqueza e do poder. Mas as dificuldades continuaram e o ouro é permanentemente cobrado pela coroa. Inventar-se um procedimento de administração colonial, as Capitâneas Hereditárias, divisão territorial de arcaica inspiração feudal, que praticamente resultou em fracasso.

Dos primeiros colonos anônimos pouco se sabe. Homens das mais diversas extrações: aventureiros, degredados, desertores, marinheiros, jovens grumetes, alguns soldados e outros padres. Como teria sido o encontro com esse território de aspecto tão diverso? Quais suas razões de fixação nessa terra em tudo tão nova?

De início, as habitações desses poucos homens não passam de choças, em tudo inspiradas nas ocas indígenas ou no “monte” alentejano. Os materiais que se oferecem são rudimentares: madeira, embira, cipó, folhas de palmeiras, barro. Tudo isso composto de maneira muito simples e muito pouco segura. O calor obriga a grandes aberturas. Como conjurar a segurança e o controle de um piso permanentemente úmido? A rede talvez tenha sido o primeiro artefacto do índio assumido pelo colonizador. Há que lutar com incômodos de toda sorte. A história não contabiliza sofrimentos anônimos. A necessidade de controlar a segurança leva à construção das primeiras fortificações, de início meras paliçadas. Fortins e fortes seguem-se. Prevalece aí a escolha estratégica do sítio e a marca de um saber fazer que ressalta uma boa mão-de-obra onde está presente a arte. A partir dessas construções, surgem as de caráter religioso. No princípio pequenos oratórios destinados ao culto dos fiéis, logo seguidos de ermidas e capelas já a anunciar as futuras igrejas. É claro que essas técnicas e usanças incorporam-se na feitura das primeiras casas. Sem querer ou mesmo poder fazer aqui a exegese desse gesto emigrado, é necessário constatar que não foi um sentido de nostalgia doído que presidiu a tudo isso, porém um sentimento de saudade e lembrança.

Portugal, apesar de estreito, é um país relativamente longo. Seu clima, solo e composição étnica indicaram procedimentos diversos nas técnicas da maneira de construir. O Norte é uma região úmida, verde, propensa às chuvas e faz frio. Há abundância de pedra. As casas apresentam telhados e possuem largos beirais que protegem os alicerces da incidência direta da franja das águas. Nota-se a ausência de chaminés, já que o calor do lume

deve-se difundir por toda a casa.

A partir da Estremadura, que é a cintura do país, mudanças começam a ser percebidas. Daí em direção ao sul o clima torna-se mais quente e seco. Predominam na paisagem casas de alvenaria de tijolo caiado e o uso mais freqüente da cor. O calor dos fogões já não convive no interior das habitações: é mister expulsá-lo por meio de chaminés. A escassez de chuvas simplifica os telhados que, muitas vezes, são de duas águas ou de todo não existem, substituídas que são por abobadilhas ou terraços à moda dos mouros.

Toda essa herança aflora de uma maneira anônima, porém viva desde as manifestações mais primitivas. Esse incrível saber fazer que não adapta, mas incorpora o que foi acumulado, comanda a boa adequação ao meio – uma qualidade sempre além da simples utilidade. As primeiras casas atendem a funções específicas. Grandes construções de taipa de pilão ou adobe cobertas de telhas de barro à maneira mediterrânea mas já com novas proporções, estão presentes em nossas primeiras feitorias e engenhos. Toda uma maneira de construir segundo o bom-senso. Tudo foi usado: a pedra, a taipa de pilão, a taipa de mão, o tijolo de adobe, a cal e a cor, todos esses elementos aliados a uma nova expressão tão aclimatada ao meio e à paisagem.

Avançando no relato, já no 2º Governo Geral, o de Mem de Sá, finalmente os franceses são expulsos da Guanabara.

O Rio de Janeiro é fundado em honra a D. Sebastião, Rei de Portugal, ainda na sua menoridade. Estamos em 1567. Um ano depois o monarca assume o trono.

D. Sebastião desde antes de seu nascimento já é chamado “O Desejado”, uma espécie de pré-Quixote, jovem e rei, solitário dos bons conselhos de um Sancho. Sobram-lhe os maus dos fanáticos irmãos Câmara. Inaugura seu reinado com sonhos de conquistas e novas Cruzadas. Convoca todos os recursos do reino e a fina flor da fidalguia para uma aventura africana. Ele é, porém, um caldeirão de caprichosa genética, possuidor de um heroísmo teimoso e insano.

Desembarca em África com cavalheiros, cavalos e peões para realizar o seu ambicioso projeto. No embate decisivo em Alcácer Quibir, tendo a evidência da derrota de seu exército, lança-se a uma chusma de mouros. Desapareceu pulverizado para todo o sempre; virou lenda; continua um fantasma desejado.

O desastre de Alcácer Quibir (1578), também chamada a “Batalha dos Três Reis”, deixa quase imediatamente vago o trono de Portugal. Após curto reinado do Cardeal D. Henrique o trono passa por direito hereditário a Felipe II de Espanha.

É impressionante constatar como a sombra que atinge Portugal sob o domínio espanhol, já que os dois países estão unificados por uma só coroa, encontrará na valorização e preservação do pensamento e da língua sua unidade. Camões revalorizado passa a ter maior seqüência de edições. Outros bardos contemporâneos são igualmente cultivados. Esta reação na preservação do bem nacional, é igualmente exportada para as colônias.

O mesmo fenômeno se dá na explicitação do gesto português do construir.

As ordenações filipinas, tão presentes nas colônias latino-americanas, codificando todos os procedimentos e a ordenação das cidades, jamais adquiriram entre nós alguma rigidez.

Com o domínio espanhol, já esfacelado o rigor de Tordesilhas, a colônia brasileira escorrega lentamente para oeste. Bem antes do movimento bandeirante existem marcas de arraiais, vilas e outras construções no que seria território espanhol.

Como observa o Prof. Nestor Goulart dos Reis Filho, essas construções são a marca deixada como uma impressão digital a atestar a presença do gesto português, onde predomina simplicidade, doçura doméstica, invenção e saúde plástica.

Dois vértices históricos: Aljubarrota e Alcácer Quibir. Duas batalhas de resultados diametralmente diversos. Ambas, porém, concorrendo para a formação e consolidação de uma consciência de identidade nacional. De um lado, a euforia de uma vitória participada por todos; de outro, a criação de uma resistência que vai sustentar essa individualidade pela preservação e cultivo da língua e do gesto do saber fazer português, levado à colônia, como para marcar de uma maneira indelével uma expressão nacional.

25.03.2002